

Crise de credibilidade no STF amplia pressão por transparência e limites aos “superpoderes” da Corte



A imagem do Supremo Tribunal Federal (STF) enfrenta um dos momentos mais delicados dos últimos anos. Pesquisa Datafolha divulgada recentemente apontou uma piora significativa na avaliação da Corte pela população brasileira, ampliando o desgaste institucional em meio a denúncias, questionamentos sobre ativismo judicial e críticas ao modelo de concentração de poderes dentro do tribunal.

Segundo o levantamento, a parcela dos brasileiros que considera o desempenho do STF ruim ou péssimo subiu de 35% para 40% entre dezembro de 2025 e maio deste ano. Já os que avaliam a atuação da Corte como boa ou ótima caíram de 32% para 22%.

O desgaste ocorre em meio à repercussão do chamado “escândalo Master”, que trouxe à tona questionamentos envolvendo os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli e supostas ligações com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro. O caso intensificou cobranças por investigações mais transparentes e por mecanismos de controle interno no Judiciário.

Embora o cenário político nacional também registre desgaste de imagem do governo federal e do Congresso Nacional, analistas apontam que a deterioração da confiança no STF ocorre de maneira mais acelerada e profunda, especialmente entre eleitores que não se identificam diretamente com grupos políticos polarizados.

Contudo, o debate reacendeu discussões sobre os limites da atuação da Corte, principalmente em relação aos chamados “inquéritos das fake news” e outros procedimentos considerados por críticos como excessivamente amplos, pouco transparentes e concentradores de poder nas mãos de determinados ministros.

Entre os principais questionamentos estão decisões monocráticas, bloqueios de perfis em redes sociais, remoções de conteúdos e investigações conduzidas sem delimitação clara de prazo ou escopo, medidas que vêm sendo classificadas por setores da sociedade como formas de censura e autoproteção institucional.

Dentro do próprio Supremo, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, passou a defender a criação de um código de ética mais rígido para os magistrados, buscando estabelecer limites claros sobre participação em eventos patrocinados, relação com escritórios de advocacia e possíveis conflitos de interesse envolvendo familiares de ministros.

A proposta, no entanto, enfrenta resistência interna e expõe divisões dentro do tribunal sobre a necessidade de mudanças estruturais para recuperação da credibilidade pública.

Além das críticas internas ao funcionamento do STF, o processo de indicação de ministros também

voltou ao centro do debate político. A recente rejeição da indicação de Jorge Messias ampliou a tensão entre o Palácio do Planalto e o Senado Federal, reforçando discussões sobre critérios técnicos, independência institucional e influência política nas nomeações para a Suprema Corte.

Segundo o Datafolha, 64% dos entrevistados consideram fundamental que futuros ministros do STF tenham independência em relação a partidos políticos e interesses governamentais.

Especialistas apontam que o atual cenário evidencia uma crise de confiança institucional que ultrapassa disputas ideológicas e atinge diretamente a legitimidade do Judiciário perante a sociedade. Para analistas, o STF enfrenta o desafio de equilibrar o combate à desinformação e aos ataques institucionais sem comprometer princípios como transparência, segurança jurídica e liberdade de expressão.

A pressão por mudanças internas, maior prestação de contas e limites mais claros para a atuação dos ministros tende a permanecer no centro do debate político e jurídico brasileiro nos próximos meses.

Por Cassiano Aguilar com informações do DataFolha

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/8246/crise-de-credibilidade-no-stf-amplia-pressao-por-transparencia-e-limites-aos-superpoderes-da-corte-em-20/05/2026-21:24>